Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Documentação
Fonte OESP (Geral)
Data 22/11/2002 Pg A14
Class. 132

Reservas extrativistas ganham concessão

Unidades de conservação sustentável também terão direito a crédito

LIANA JOHN

As reservas extrativistas Chico Mendes e Alto Juruá, do Acre, foram as primeiras unidades de conservação de uso sustentável criadas no Brasil. São também as primeiras a ter o direito de uso dos recursos naturais assegurado num contrato de concessão. "Trata-se de uma medida fundamental para implementar plenamente as reservas extrativistas, neste caso, abrangendo 1,5 milhão de hectares e beneficiando 19 mil habitantes", disse o ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho.

Ao lado do presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Rômulo Mello, o ministro entregou os contratos de concessão aos extrativistas, ontem, em Xapuri, no Acre.

Na mesma cerimônia, Carvalho anunciou a abertura de linhas de crédito especiais para investimentos na produção extrativista de látex, castanhas, sementes, óleos, resinas, frutos, remédios ou madeira. São duas linhas com um valor variável de R$ 4 mil a R$ 12 mil por família e juros de 1,5% para quitação em 10 anos ou com créditos de R$ 4,5 mil e juros subsidiados para quitação em 20 anos.

Dida Sampaio/AE–19/9/2002

Carvalho: medida fundamental

ONZE ÁREAS ESTÃO NA AMAZÔNIA

Coletivo – O documento de concessão de uso é coletivo, assinado com as associações de comunidades tradicionais, e assegura aos habitantes das reservas o direito legal sobre o uso de água, fauna e produtos florestais, madeireiros ou não. Também inclui o dever de preservar os mesmos recursos para futuras gerações.

"As terras continuam sendo públicas, mas o contrato de direito de uso credencia as comunidades para receber os créditos governamentais, por meio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf)", explica o presidente do Ibama.

Segundo Mello, o fato de as reservas extrativistas constituírem um modelo novo e pioneiro de unidade de conservação, onde a exploração dos recursos naturais é feita por comunidades tradicionais, de modo sustentável, trouxe diversas questões jurídicas, que demandaram muito tempo para ser resolvidas. As duas reservas agora beneficiadas, por exemplo, foram criadas em 1990.

Recursos – As regras para as concessões de uso de seus recursos, portanto, levaram 12 anos para ser definidas. "Daqui em diante, porém, os contratos sairão mais rápido e serão uma prioridade, porque efetivam o modelo das reservas extrativistas", continua o presidente do Ibama.

O Brasil tem 15 reservas extrativistas, onde está prevista a exploração racional de pescado, borracha, castanha, copaíba, açaí, óleos essenciais, resinas e babaçu, como produtos principais. Destas, 11 estão na Amazônia, somando mais de 3,3 milhões de hectares.

As outras 4 são reservas marinhas, no litoral de Santa Catarina, Rio e Bahia (duas reservas), totalizando 104 mil hectares. Existem ainda estudos para a criação de outras 21 unidades de conservação deste tipo, em todo o País. **(Agência Estado)**